



PODER JUDICIÁRIO

JUIZO DE DIREITO DA 10ª (DÉCIMA) VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, 1142 – Fórum, Centro Cívico – CEP 80530-010. Telefone (41) 3254-7870

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

(NU 0001781-68.2002.8.16.0001 PROJUDI)

A Doutora GENEVIEVE PAIM PAGANELLA, Mma. Juíza de Direito da 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, FAZ SABER aos interessados que nos **Autos de Cobrança n. 0001781-68.2002.8.16.0001 (PROJUDI)**, que move **CONDOMÍNIO SOLAR AMAZONAS MARCONDES** em face de **MAURICIO DRANKA MENDES GONÇALVES (CPF: 605.064.829-87)**, será levado a leilão judicial o bem abaixo descrito, observadas as seguintes condições:

1º Leilão em 30/01/2017 às 10h00min, por preço igual ou superior ao valor atualizado da avaliação;

2º Leilão em 13/02/2017 às 10h00min, pela melhor oferta, salvo preço vil.

Em não havendo arrematação ou se por qualquer motivo o leilão judicial não se realizar, fica desde já designada nova data:

1º Leilão em 06/03/2017 às 10h00min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação;

2º Leilão em 20/03/2017 às 10h00min, pela melhor oferta, salvo preço vil.

MODALIDADE DO LEILÃO: Os leilões serão realizados presencialmente no escritório do leiloeiro, com endereço à Rua Marechal Deodoro, 235, Sala 101/102, Curitiba/PR, **Telefone 0800.052.4520**, com **transmissão ao vivo** pela internet, bem como eletronicamente com recepção de lances *online* através do site **www.oleiloes.com.br**, mediante cadastramento prévio e aprovado do arrematante com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data do leilão.

LEILOEIRO: O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Marcelo Soares de Oliveira, matriculado na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR, sob o nº 08/011-L. Mais informações no site **www.oleiloes.com.br** ou (41) 99870-7000.

DESCRIÇÃO DOS BENS: (1) APARTAMENTO DUPLEX Nº 702, TIPO "2", COM ÁREA PRIVATIVA DE 97,7800M², ÁREA COMUM DE 21,8981M², ÁREA TOTAL DE 119,6781M², ÁREA DESCOBERTA DE DIREITO DE USO EXCLUSIVO DE 54,79M², LOCALIZADO NO 7º ANDAR DO EDIFÍCIO "SOLAR AMAZONAS MARCONDES", COM DEMAIS CONFRONTAÇÕES, MEDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS NA MATRÍCULA 44668 DO 2º REGISTRO DE IMÓVEIS DE CURITIBA/PR, IF: SETOR 54 QUADRA 036 LOTE 029.000; e (2) VAGA DE GARAGEM DUPLA 21/22, COM ÁREA PRIVATIVA DE 20,000M², ÁREA COMUM DE 6,4230M², ÁREA DE CIRCULAÇÃO DE 27,8010M², ÁREA TOTAL DE 54,2240M², LOCALIZADO NO SUBSOLO DO EDIFÍCIO "SOLAR AMAZONAS MARCONDES", COM DEMAIS CONFRONTAÇÕES, MEDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS NA MATRÍCULA 44669 DO 2º REGISTRO DE IMÓVEIS DE CURITIBA/PR, IF: 54.036.029.036-1. **LOCALIZAÇÃO:** Rua Coronel Marcondes, 335, Cabral, Curitiba/PR,

AValiação: R\$ 564.000,00 atualizado até 23/01/2017, sendo (1) R\$ 413.000,00 e (2) R\$ 151.000,00. (Original: R\$ 523.000,00, mov. 21.1).

ÔNUS: Consta na Matrícula nº 44668: R-3: Penhoras dos Autos nº 592/2003, em trâmite perante a 19ª Vara Cível de Curitiba; R-4: Penhora dos presentes autos. Consta na Matrícula nº 44669: R-3: Penhora dos presentes autos. Débitos de IPTU: Não consta débito de IPTU, conforme ofício nº 288/2016-SMF-2 ao mov. 71.1. Outros débitos: O Ofício nº 10874/2016 remetido à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o Ofício nº 10875/2016 remetido à Receita Federal/INSS, o Ofício nº 10876/2016 remetido ao IAP e a Intimação nº 10880/2016 remetida ao Síndico do Condomínio Solar Amazonas Marcondes ainda não retornaram com informações.

DÉBITO EXECUTADO: R\$ 159.267,92 (mov. 2.92).

DEPOSITÁRIO: Depositário Público (mov. 2.40)

REMUNERAÇÃO DO LEILÃO: A remuneração do Leiloeiro será devida observadas as seguintes hipóteses: (a) em caso de arrematação, comissão de 5% sobre o valor da arrematação, sendo devida pelo arrematante; (b) em caso de adjudicação, comissão de 2% sobre o valor da avaliação, sendo devida pelo credor; (c) em caso de remição, comissão de 2% sobre o valor da avaliação, sendo devida por quem remir; (d) em caso de acordo ou transação, comissão de 2% sobre o valor da avaliação, a ser rateada entre as partes. Além da remuneração da comissão, o Leiloeiro poderá cobrar o ressarcimento das despesas efetuadas. A comissão e o ressarcimento das despesas efetuadas deverão ser pagas à vista no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, porém, sendo nula ou anulada a arrematação serão devolvidos os valores recebidos a título de comissão e ressarcimento, com correção.

INTIMAÇÕES E OBSERVAÇÕES: O interessado em adquirir o bem em prestações deverá apresentar proposta por escrito ao leiloeiro até o início do leilão, na forma do art. 895 do CPC. Não há recurso pendente de julgamento neste feito. A venda será efetuada no estado em que o imóvel se encontra e em caráter *ad corpus*. Será resguardada a quota-parte do cônjuge com o produto da alienação (art. 843 do CPC), em sendo o caso. O bem será entregue livre e desembaraçado de quaisquer ônus, inclusive os de natureza *propter rem* (art. 130, § único, do CTN e art. 908 do CPC), salvo eventual responsabilidade pela imissão na posse, que ficará a cargo do arrematante, consubstanciado pela assinatura do auto de arrematação (art. 901 do CPC). Na forma da lei, ficam intimados das datas e horários dos leilões o senhorio direto, o usufrutuário, o credor com garantia real e/ou penhora anteriormente averbada, desde que não sejam de qualquer modo parte da execução. Caso não tenham sido anteriormente intimados por qualquer outro meio legalmente estabelecido, fica intimado o executado MAURICIO DRANKA MENDES GONÇALVES (art. 889 do CPC). No caso de diligência negativa de intimação do executado, do cônjuge, corresponsáveis, credores hipotecários, usufrutuários, senhorios-diretos e coproprietários, ficam estes desde já intimados através do presente das datas designadas para os leilões do bem penhorado e dos demais dados constantes neste. Caso não haja expediente forense na data designada, o ato é automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. O leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume ser de conhecimento de todos os interessados. Do que para constar, expedi o presente edital, que será publicado nos termos da lei. Curitiba/PR, 23/01/2017. Eu, Leiloeiro Público Oficial, que o fiz digitar, por ordem da Mma. Juíza de Direito.

GENEVIEVE PAIM PAGANELLA

Juíza de Direito